

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Relatório elaborado para autoridades do município de Toledo referente às propostas e discussões ocorridas na Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de 2023.

Toledo, agosto de 2023

1. DADOS DO EVENTO

O evento ocorreu no dia 23 de junho de 2023 no auditório do Centro da Juventude do Jardim Europa. Av. Maripá, 1831 - Jardim Europa, Toledo - PR, 85908-220.

2. PÚBLICO PARTICIPANTE TOTAL

A IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional teve um público total de 123 pessoas. Dentre esses, a classe dos funcionários públicos foi a mais representativa, seguida das entidades assistenciais não governamentais e de representantes das mulheres (Tabela 1).

Tabela 1. Categorias presentes na IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar

Categoria	Número	% do Total
Agricultura familiar	3	2
Idosos	8	7
Entidades assistenciais não governamentais	10	8
Representante de mulheres	10	8
Representante de jovens	9	7
Instituições de ensino superior	4	3
Acadêmicos de graduação	9	7
Funcionários estaduais	2	2
Funcionários municipais	61	50
Representante de Conselhos	1	1
Outros ouvintes	6	5

Considerando as representações de entidades governamentais e não governamentais juntamente com demais representantes, todas as faixas etárias tiveram seus interesses em relação à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) defendidos. Isto é, houve representação de crianças, jovens, adultos e idosos.

Homens e mulheres foram representados. Especificamente, a conferência contou com 8% de representatividade voltada a mulheres, contudo, no geral 70% do público foi feminino e 30% masculino.

Destaca-se também que houve a presença de agricultores familiares do município (2%), dentre estes houve representação da Associação Dos Agricultores Orgânicos e Familiares de Toledo (PROORTO).

A população de Toledo também foi representada pelo presidente da União Toledana das Associações de Moradores (UTAM).

3. PROPOSTAS

As propostas elaboradas nesta conferência estão organizadas em três eixos, a saber: 1- Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; 2- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada; e 3 - Democracia e Participação Social.

Além disso, para melhor estudo das ações que tem maior prioridade e para que os governantes possam melhor identificar quais as ações a eles destinadas este relatório apresenta a seguir as propostas de acordo com a prioridade e também classificadas por esfera governamental e eixo a que se aplicam.

3.1. Altíssima prioridade

Todas as propostas tidas como de altíssima prioridade competem exclusivamente ao município ou tem os gestores municipais também como executores (Tabela 2). Outro ponto importante é de que se aplicam a ações tanto do poder executivo quanto legislativo e judiciário.

Duas das propostas com grande urgência englobam a implantação de estruturas e equipamentos. A primeira delas é a criação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tida como fundamental para a implantação e implementação da Política de SAN no município. A segunda delas se trata da implantação de um “mercado popular” que possa disponibilizar alimentos provindos do banco de alimentos, das hortas e roças comunitárias, da agricultura familiar e outros. Sabe-se que os mercados populares são equipamento de SAN já exitosos em outros municípios.

Outras propostas que devem ser atendidas em caráter de urgência tratam de aprimoramento da política de SAN no município como a elaboração de planos, estudos de diagnóstico e a articulação entre secretarias para ações em conjunto.

Tabela 2. Propostas definidas como Altíssima Prioridade.

Proposta	Esfera governamental	Eixo
Implantar e implementar a Política de SAN através da criação da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.	Municipal	2
Atualizar Plano de SAN, tendo como base estudo diagnóstico da realidade local de insegurança alimentar, e garantir recursos públicos para a implementação das ações previstas no Plano.	Municipal	2
Definir uma agenda continuada, através do setor responsável pela Política de SAN no município, com os trabalhadores das Políticas voltadas para o tema, principalmente envolvendo a Assistência, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Educação.	Municipal	2
Implantação e fortalecimento de um “mercado popular” que disponibilize alimentos provindos do banco de alimentos, das hortas e roças comunitárias, da agricultura familiar e outros. Que preferencialmente sejam agroecológicos e/ou orgânicos e/ou de baixo processamento e que possa atender a públicos em vulnerabilidade social incluindo alimentos que atendam às necessidades alimentares especiais	Municipal	2
Aprimorar audiências e as consultas (divulgação ampla e prévia) disponibilizar previamente documentos, prazos e formas de participação nas Conferências	Municipal, Estadual	3
Ampliar recursos públicos voltados ao fortalecimento da Agricultura Familiar.	Municipal, Estadual, Federal	2
Políticas públicas para permanência do jovem no campo e seu incentivo à transição para a Agricultura Agroecológica e/ou Orgânica.	Municipal, Estadual, Federal	2

Por fim, de forma altamente prioritária, está a alocação de recursos públicos direcionados para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Este tema, que surgiu em vários momentos da conferência e que, portanto, poderá ser visto repetidamente neste relatório, é reconhecidamente tido como central para o alcance de metas como a disponibilidade de alimentos e a produção sustentável.

3.2. Alta prioridade

As propostas definidas como de alta prioridade (Tabela 3) se destinam em grande parte a entidades municipais, tanto pelo poder executivo, legislativo, judiciário quanto a entidades não governamentais.

Definidas como de alta prioridade estão também ações que requerem a criação e implantação de estruturas. Este é o caso da proposta que solicita o funcionamento do Banco de Alimentos e o seu trabalho principalmente com cidadãos inscritos no CAD Único. Da mesma maneira, há a propostas que requerem a implantação do programa (já exitoso em diversos municípios) de hortas e roças comunitárias em espaços públicos também em nosso território.

Existem nesse nível de prioridade, propostas que buscam promover a conscientização e autonomia para agentes disseminadores e trabalhadores envolvidos na SAN bem como da população em geral. Devido a isso, pode ser observada a necessidade de ações de ensino envolvendo agricultores de agroecológicos e/ou orgânicos, funcionários públicos de diversas secretarias e de educação alimentar e nutricional para a população toledana.

Tabela 3. Propostas de Alta Prioridade.

Proposta	Esfera governamental	Eixo
Fortalecimento da agricultura familiar ampliando a produção de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.	Municipal	1
Fomentar e implementar Políticas Públicas para desenvolvimento de hortas domésticas e comunitárias em bairros da Periferia.	Municipal	2

Fortalecer os programas de Educação Alimentar, executados pela Secretaria da Saúde, assim como realizar o matriciamento da Equipe de Atenção Primária.	Municipal	2
Implantar Programa Municipal de acesso gratuito aos Restaurantes Populares para pessoas em situação de Insegurança Alimentar.	Municipal	2
Implementar Banco de Alimentos Municipal com prioridade de acesso para famílias inscritas no CAD Único.	Municipal	2
Garantia da realização anual do seminário de segurança alimentar e nutricional.	Municipal	3
Realizar pré-conferências para a V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de ampliar o debate prévio.	Municipal	3
Implantar programa de hortas e roças comunitárias em espaços públicos como escolas, e outros, com estufas com produção preferencialmente agroecológica e/ou orgânicos que possam ampliar a oferta de alimentos nos programas já realizados.	Municipal	1
Fomentar/implantar/garantir o acesso aos usuários do Cartão Auxílio Alimentação do CRAS para comprar nas feiras do produtor rural.	Municipal	2
Implantar ações de divulgação e fortalecimento da Agricultura Agroecológica e/ou Orgânica e de conscientização para o Consumo de Alimentos saudáveis.	Municipal, Estadual, Federal	2
Promover oficinas sobre Segurança Alimentar e Nutricional conforme estabelecido pela Lei 9394/1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), como tema transversal da educação.	Municipal, Estadual, Federal	3
Instituir um Programa de Capacitação Permanente ao COMSEA, bem como às políticas que tem interlocução com a Segurança Alimentar e Nutricional.	Municipal, Estadual, Federal	2

Criar um Programa Municipal/Estadual/Federal de Educação Alimentar e Nutricional com Equipe técnica específica para este fim, envolvendo as Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura, Comunicação entre outras.	Municipal, Estadual, Federal	2
Criação de programa de incentivo para a produção a partir da agricultura familiar orgânica e agroecológica com apoio de profissionais da assistência técnica no campo especialista na agricultura orgânica.	Municipal, Estadual, Federal	2
Ampliar a atenção nutricional no âmbito do SUS, com especial atenção às crianças e pessoas idosas, que possuam necessidades alimentares especiais.	Municipal, Estadual, Federal	1
Instituir Programa/Projeto de Educação Alimentar e Nutricional e Educação Financeira com foco em Segurança Alimentar e Nutricional à população em geral.	Estadual	2
Fortalecimento e perpetuação da Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional para gerir e articular a política de Segurança Alimentar e Nutricional.	Estadual	1
Ampliar Programa do Leite das Crianças, para a faixa etária de até 6 anos.	Estadual	2
Ampliação de verbas disponibilizadas para aplicação de políticas públicas existentes como, por exemplo, o PRONAF.	Estadual, Federal	1
Implantar uma política de Cofinanciamento Estadual e Federal para Política de SAN no município.	Federal	2

Existem duas propostas que foram destinadas às equipes que tem atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde. A primeira delas, trata da necessidade do fortalecimento de programas de educação alimentar e nutricional aos usuários do sistema, bem como de ações apoiadas no matriciamento para que a atenção se dê de forma compartilhada por meio do trabalho interdisciplinar. A segunda envolve a

atenção nutricional com especial atenção às crianças e pessoas idosas, que possuam necessidades alimentares especiais.

Demais propostas em âmbito municipal estão relacionadas à realização e organização de eventos de SAN, tais como o Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorre de forma anual, e a próxima Conferência Municipal.

3.3. Média prioridade

Sete propostas em âmbito municipal foram definidas como sendo de média prioridade (

Tabela 4). Isto é claro, significa que devem ser executadas, contudo, conferem aos responsáveis um tempo maior para implantação/execução.

Tabela 4. Propostas de Média Prioridade.

Proposta	Esfera governamental	Eixo
Implantar programa de hortas em Unidades Básicas de Saúde e outros espaços possíveis que possam auxiliar no subsídio à fitoterapia.	Municipal	1
Incrementar ao cardápio comidas típicas de migrantes nos Restaurantes Populares.	Municipal	2
Reestruturação e atualização das atividades socioambientais previstas no Projeto Político Pedagógico das escolas.	Municipal, Estadual	1
Manter o acesso gratuito das Pessoas em Situação de Rua aos Restaurantes Populares, visando garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e criar estratégias para o seu acesso à alimentação nos fins de semana e feriados.	Municipal, Estadual, Federal	2
Estabelecer indicadores de monitoramento para avaliar o acesso, disponibilidade, qualidade e utilização de alimentos, bem como os níveis de segurança alimentar.	Municipal, Estadual, Federal	2

Flexibilização no cadastro para que produtores orgânicos já consolidados acessem às compras institucionais.	Municipal, Estadual, Federal	2
Ampliação e descentralização de ações do conselho com o objetivo de ouvir as demandas das associações de moradores, de grupos dos idosos, mulheres/mães e jovens para participação das ações do COMSEA	Municipal, Estadual, Federal	3
Aplicar a regulamentação nacional para a Alimentação Escolar oferecida na rede Estadual de Ensino.	Estadual	1
Presídios/cadeias: Fomentar, garantir direitos e assegurar acesso aos presidiários a “alimentos de verdade” agroecológicos.	Estadual, Federal	2
Implantar Política Pública de Integração para visibilidade e acesso de povos indígenas e imigrantes na participação em feiras culturais/gastronômicas.	Federal	2
Reavaliação da regulamentação do uso de agrotóxicos que tem associação com o desenvolvimento de doenças e transtornos bem como os agrotóxicos que estejam proibidos em outros países e que ainda são utilizados no Brasil e fiscalização do uso correto para os agrotóxicos permitidos e, ainda, a penalização efetiva ao desrespeito à legislação.	Federal	1
Implantação imediata de um Ministério de Segurança Alimentar e Nutricional para gerir e articular a política de Segurança Alimentar e Nutricional entre os três entes federados (municipal, estadual e federal).	Federal	1
Implantar estratégias e ações para erradicar a fome do Brasil	Federal	2

O Programa Restaurante Popular (RP), equipamento público de SAN já em funcionamento no município, foi relacionado a duas propostas. Considerando a necessidade de aprofundamento da democracia e a ampliação da representatividade e do protagonismo dos sujeitos de direito e seus territórios, foi sugerida a incrementação ao cardápio do RP comidas típicas de migrantes. Além disso, foi ressaltado em proposta, a manutenção do acesso gratuito das Pessoas em Situação

de Rua aos Restaurantes Populares e, ainda, a criação de estratégias para que esta população tenha acesso à alimentação nos fins de semana e feriados.

Demais propostas apresentadas para a esfera municipal cabem a setores diversos. As hortas comunitárias que já surgiram em outras prioridades são também destacadas para que ocorram em Unidades Básicas de Saúde e outros espaços possíveis que possam auxiliar no subsídio à fitoterapia.

Os produtores rurais, especificamente os orgânicos, foram novamente contemplados com propostas para que tenham o seu cadastro frente às compras institucionais flexibilizadas. A plenária nesse momento discutiu que os produtores rurais são, em sua maioria, pessoas já aposentadas e que têm dificuldade em relação às comprovações exigidas. Além disso, a certificação orgânica em nosso município é dificultada, devido ao perfil de atividade rural predominante. Por isso discutiu-se também a possibilidade desta flexibilização ocorrer para que possa beneficiar aqueles que se encontram em transição para a certificação.

A proposta no setor da educação que versa sobre a reestruturação e atualização das atividades socioambientais previstas no Projeto Político Pedagógico das escolas foi discutida considerando que existem atualizações na área e que, portanto, o currículo escolar não pode deixar de ser atualizado. A exemplo disso, sabe-se que ainda existem locais de ensino em que se discute a “pirâmide alimentar”, um instrumento que teve sua aplicação desincentivada há alguns anos.

Por fim, ainda nesse grau de prioridade, cabe destacar a proposta para o estabelecimento de indicadores de monitoramento para avaliar o acesso, disponibilidade, qualidade e utilização de alimentos, bem como os níveis de segurança alimentar. Sabe-se que os indicadores são fundamentais para que o trabalho de SAN seja efetivo no sentido de contemplar as pessoas que precisam com as ações que são necessárias. É ainda, uma forma de que os recursos, seja humano ou financeiro, tenha boa aplicação.

3.4. Baixa prioridade

Somente três propostas foram definidas como sendo de baixa prioridade, sendo todas também possíveis de serem executadas a nível municipal. Duas dessas propostas visam ampliar a participação social na SAN. É o caso da proposta que

sugere que seja incentivado a participação de estudantes nas Conferências e também da proposta que prevê a descentralização das reuniões do COMSEA.

Proposta	Esfera governamental	Eixo
Realizar ações visando a participação de estudantes nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional	Municipal	3
Descentralização das reuniões do COMSEA	Municipal	3
Implantar Programa no formato do Programa do Leite das Crianças para a população idosa.	Municipal, Estadual	2

4. PROPOSTAS ENCAMINHADAS PARA A CONFERÊNCIA REGIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com o regimento interno da Conferência Municipal, até três propostas por eixo deveriam ser encaminhadas para a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, ficaram definidas de acordo com o eixo:

Eixo 1: DETERMINANTES ESTRUTURAIS E MACRODESAFIOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Fortalecimento e perpetuação da Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional para gerir e articular a política de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Fortalecimento da agricultura familiar ampliando a produção de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.
- Implantar programa de hortas e roças comunitárias em espaços públicos como escolas, e outros, com estufas com produção preferencialmente agroecológica e/ou orgânicos que possam ampliar a oferta de alimentos nos programas já realizados.

Eixo 2: SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTIDORAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

- a) Implantação e fortalecimento de um “mercado popular” que disponibilize alimentos provindos do banco de alimentos, das hortas e roças comunitárias, da agricultura familiar e outros. Que preferencialmente sejam agroecológicos e/ou orgânicos e/ou de baixo processamento e que possa atender a públicos em vulnerabilidade social incluindo alimentos que atendam às necessidades alimentares especiais.
- b) Políticas públicas para permanência do jovem no campo e seu incentivo à transição para a Agricultura Agroecológica e/ou Orgânica.
- c) Criação de programa de incentivo para a produção a partir da agricultura familiar orgânica e agroecológica com apoio de profissionais da assistência técnica no campo especialista na agricultura orgânica

Eixo 3: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- a) Aprimorar audiências e as consultas (divulgação ampla e prévia) disponibilizar previamente documentos, prazos e formas de participação nas Conferências
- b) Realizar pré-conferências para a V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de ampliar o debate prévio.
- c) Promover oficinas sobre Segurança Alimentar e Nutricional conforme estabelecido pela Lei 9394/1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), como tema transversal da educação.

5. CONCLUSÃO

As propostas elaboradas pela IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar se pautam fortemente em que as cadeias produtivas de alimentos sejam sustentáveis. Isto é percebido nas sugestões de ações que reduzam o uso de produtos químicos como é o caso dos agroecológicos e orgânicos. Da mesma maneira, a utilização de espaços públicos para a produção de alimentos por meio de projetos já implantados em outros municípios denominados “horta comunitária” e “roça comunitária” foi considerado importante para ampliação da disponibilidade de alimentos.

Foi também destaque a preocupação da plenária para ações que possam garantir a continuidade da Agricultura Familiar. Surgiram, nesse sentido, propostas de incentivo ao jovem para a permanência no campo, fortalecimento de feiras do produtor

rural e capacitação de profissionais que auxiliem os núcleos familiares em sua produção.

Mas, ao final das discussões, afirma-se que a grande preocupação da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar esteve em torno da criação e perpetuação de entidades governamentais que sejam responsáveis pela proteção, manutenção e execução de todas as propostas nesse dia discutidas bem como das ações que já são desenvolvidas. Sendo assim em âmbito municipal, a criação da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional foi proposta para que ocorra em caráter imediato. Tanto foi considerada fundamental, que em um primeiro momento a implantação deste setor organizacional foi sugerida nos três eixos (após unificada e alocada no eixo 2), demonstrando que esta ação é uma prioridade diagnosticada por todos os representantes desta plenária.

Elaboração

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA -Toledo


Carlinhos Luiz Fornari
Presidente COMSEA